

RUY FABIANO

Ponto de Vista

CORREIO BRAZILIENSE

As etapas da crise

A crise brasileira, que já avança por sua segunda década, passou inicialmente por uma longa fase cujo desafio era o mais elementar possível. Não se tratava ainda de resolvê-la, mas de diagnosticá-la. Sabia-se que o País estava enfermo, mas não se sabia o que tinha.

Em função disso, tentou-se, nos anos 80, dar sobrevida a um modelo dirigista esgotado, que havia germinado em um regime politicamente fechado. O centralismo estatal, comum nos regimes socialistas, consolidara-se paradoxalmente nos governos militares, de índole ferozmente anticomunista.

Com a abertura política, seria difícil mantê-lo nas mesmas bases. E com a crise econômica mundial muito mais. A década dos 80 foi praticamente consumida em discussões infundas a respeito disso. No meio desse processo — e antes que o diagnóstico estivesse pronto — produziu-se uma Constituição, cujo teor, híbrido, expressa um pouco dessa confusão conceitual. O socialismo ruía em todo o mundo, mas aqui alguns de seus conceitos mais ortodoxos apenas estreavam.

Em pouco tempo, dada a dificuldade de governar com uma Carta anacrônica — e pelo menos nisso ela está sendo útil —, o País começou a acordar para algumas realidades que já se haviam apresentado em outras partes do planeta. Constatou que o tumor da crise brasileira é o Estado. Hoje já há um consenso: é necessário redimensioná-lo, redefini-lo e refinanciá-lo. Esse o cerne do Plano Verdade, do ministro Fernando Henrique Cardoso. Nos termos em que está, o Estado brasileiro é caro e não funciona. E é matriz de outros desajustes, entre os quais a sonegação fiscal e a cultura do calote.

Além de se prestar à cor-

rupção, por sua desordem e gigantismo, o Estado consegue estar onde não deve — arbitrando, por exemplo, ajustes salariais — e não estar onde deve (na segurança pública, saúde, educação etc.). Hoje, até os xiitas do PT já admitem, em algum grau, que a privatização é necessária e que um estado-mamute não é exatamente uma coisa boa, que deva ser cultivada. E ainda: que a funcionalidade administrativa não tem conteúdo ideológico. As coisas funcionam não porque são de direita ou de esquerda, mas porque são lógicas e racionais.

Em suma, após uma década, a discussão da crise avançou alguma coisa. Já se sabe a natureza da enfermidade do País. Sabe-se também que tipo de terapêutica deve ser aplicado. O ministro Fernando Henrique mencionou algumas providências: reordenamento das contas públicas, ajuste do Orçamento, redução da dívida pública (matriz da ciranda financeira e da inflação), privatização de serviços etc.

Se não há mais grandes dúvidas quanto a diagnósticos ou terapêuticas, resta saber qual o problema remanescente, que estaria a retardar a superação da crise. O deputado José Serra (PSDB-SP) arrisca o seu palpite: a vontade política. O Plano Verdade, diz ele, é tecnicamente consistente, mas depende do apoio do Congresso e da sociedade. A sociedade parece disposta a apoiá-lo. O Congresso, nem tanto. O partido de Fernando Henrique, o PSDB, não tem como bancá-lo sozinho. Depende de alianças, que não parecem fáceis de selar. Espera-se que, para esta segunda etapa da crise, leve-se um tempo menor que o gasto na primeira. Até porque já não há mais tempo a perder.